

MARÇO 2024

72ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: EFE



7 intenções de Bolsonaro no discurso na Paulista

Editorial: Um governo de bárbaros

A OTAN optou pela 3ª Guerra Mundial

Índice

Editorial: Um governo de bárbaros **03**

Paulo Cruz: O valor da Tradição **13**

Daniel Lopez: A OTAN optou pela 3^a Guerra Mundial **28**

As 7 intenções de Bolsonaro nas entrelinhas do discurso na Paulista **40**

Jornalista português diz que delegado da PF lamentou seu interrogatório, mas teve ordens de Brasília **55**

Estudo com 100 milhões de pessoas revela incidência dos efeitos colaterais das vacinas da Covid **61**

A verdadeira história do “milagre” de Paulo Freire **74**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Nota técnica que ampliava aborto na rede pública para qualquer momento da gestação foi assinada por dois secretários do Ministério da Saúde e suspensa no dia seguinte. | Foto: Secom/MS

EDITORIAL

Um governo de bárbaros

O governo Lula exibiu suas credenciais abortistas já nos primeiros dias após a posse, em janeiro de 2023. Além dos discursos das ministras da Saúde, Nísia Trindade, e das

Mulheres, Aparecida Gonçalves, reiterando todos os conhecidos clichês pró-aborto, o governo retirou o Brasil do Consenso de Genebra, um acordo internacional em defesa da vida. Ainda mais importante foi a revogação de uma portaria exigindo dos serviços de saúde que notificasse as autoridades policiais sobre abortos realizados nos casos de gestação resultante de estupro, com preservação do material genético. Pouco mais de um ano depois, uma nova nota técnica do Ministério da Saúde, ainda que de vida curtíssima, revelou a que ponto a insensibilidade do atual governo pode chegar.

A nota, assinada pelos secretários de Atenção Primária à Saúde, Felipe Proenço de Oliveira, e de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, revogava dois textos

de 2022: uma outra nota técnica e um manual para o atendimento das mulheres que sofrem abortos espontâneos, bem como aos casos de aborto não punidos pelo Código Penal (gravidez resultante de estupro e risco de vida para a mãe; em 2012 o STF autorizou o aborto em caso de feto anencéfalo). As regras estabelecidas no governo anterior, muito mais condizentes com o espírito da lei penal, traziam uma série de pontos positivos: a notificação às autoridades policiais e a preservação do material genético tinham o objetivo de ajudar na descoberta do estuprador, além de dissuadir mulheres de alegar estupros inexistentes apenas para conseguir um aborto sob demanda, já que a falsa comunicação de crime também é criminalizada pelo Código Penal. Especialmente importante era a ênfase na recomendação para que o aborto não fosse feito após a chamada

“viabilidade fetal”, que ocorre por volta das 22 semanas e marca o momento em que o feto tem chances de sobrevivência fora do útero; nesses casos, o bebê não deveria ser eliminado, ocorrendo em vez disso a antecipação do parto e o emprego de todos os meios médicos possíveis para preservar a vida da criança recém-nascida.

O absurdo da nova nota técnica petista – suspensa por Nísia Trindade no dia seguinte à sua publicação, após pesadas críticas e sob a alegação de que a ministra não havia tomado conhecimento do seu teor – residia especialmente neste ponto. Alegando que o artigo 128 do Código Penal não estabelece um limite temporal para a realização de abortos sem punição, a norma anulava a recomendação para a antecipação do parto caso a viabilidade fetal tenha sido atingida, afirmando que o

aborto poderia ser feito a qualquer momento da gestação. Em outras palavras, as portas ficariam abertas para o desejo de matar puro e simples, pois as opções para encerrar uma gravidez que passou das 22 semanas são bem claras: antecipar o parto e fazer o que for possível para salvar a criança (ainda que não haja 100% de certeza de sucesso), entregando-a depois para adoção caso sobreviva e a mãe não queira ficar com o filho – o que é bem compreensível no caso de uma gestação realmente resultante de violência sexual; ou matar a criança dentro do útero e forçar a expulsão de um bebê morto. Pouco importa o que cada um pense sobre o status legal desse aborto, se permitido pela lei ou se criminalizado e não punido: negar sumariamente a um bebê indefeso e inocente a simples possibilidade de sobreviver é prática profundamente desumana.



Tentativa de ampliar acesso ao aborto erroneamente dito “legal” para todos os momentos da gestação, mesmo quando feto já seria viável fora do útero, revela o tamanho da desumanidade que permeia o governo

A consequência prática desta nova norma, caso ela tivesse sido mantida, seria, no fim das contas, uma espécie de “legalização branca” do aborto sob demanda em qualquer momento da gestação.

Se levarmos em conta todas as facilidades anteriormente implantadas pelo governo Lula para a realização de abortos na rede pública, sem a necessidade de boletim de ocorrência e ignorando a obrigação legal imposta pela Lei

13.931/19 (pela qual “constituem objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, os casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados”), basta unir os pontos: uma mulher que deseje um aborto poderia buscar um hospital público, alegar ter sofrido um estupro e conseguir eliminar seu filho em qualquer estágio da gestação, sem ter de comprovar sua afirmação e sem correr o risco de uma responsabilização penal caso tenha mentido.

Assim, Lula atingiria o objetivo declarado em abril de 2022 – “todo mundo ter direito [ao aborto] e não ter vergonha” – sem precisar do Congresso, onde nunca houve maioria abortista, e prescindindo até mesmo do Supremo Tribunal Federal, onde a ADPF 442

não caminha provavelmente porque não há ministros suficientes para aprovar a legalização do aborto.

O passo que o governo Lula tentou dar, por enquanto sem sucesso, não tinha precedentes. Nem mesmo sua antecessora Dilma Rousseff, outra abortista, havia ousado abrir as portas para o aborto erroneamente dito “legal” em qualquer época da gestação – é de 2012 a norma técnica segundo a qual “não há indicação para interrupção da gravidez após 22 semanas de idade gestacional”.

O texto publicado e suspenso chegava ao cúmulo de acusar uma suposta “fragilidade científica das premissas conceituais” das regras anteriores enquanto tentava fazer prevalecer uma série de informações bastante

questionáveis sobre a percepção de dor por parte do feto.

Este último aspecto, ainda por cima, revelava uma grave distorção de critérios, pois a defesa do nascituro não tem relação nenhuma com o fato de ele sentir dor ou não, mas com o fato simples de ele ser um indivíduo humano, digno de proteção, surgido no momento da concepção.

Em sua tentativa de enganar o eleitor evangélico, Lula escreveu em 2022 que o aborto “não é um tema a ser decidido pelo presidente da República e sim pelo Congresso Nacional”. Era mentira, e qualquer um que tivesse acompanhado as sequências de regulamentações do Ministério da Saúde nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma já sabia que o Poder Executivo tinha os

meios de abrir e ampliar brechas para facilitar o aborto sem depender dos outros poderes, usando apenas portarias e notas técnicas.

Esta nova tentativa não durou muito, mas até a nota oficial do Ministério da Saúde anunciando a suspensão dá a entender que novas investidas virão. Não há mais dúvida: do presidente aos secretários, o que temos é um governo que despreza completamente a vida humana.



[Voltar ao índice](#)



Imelda Staunton no papel da rainha Elizabeth, na temporada final de The Crown. | Foto: Netflix/Divulgação

OPINIÃO

Paulo Cruz

O valor da Tradição

“Na verdade uma nova civilização está se formando o tempo todo: a civilização de nossos dias pareceria realmente novíssima a qualquer

homem civilizado do século 18, e não posso imaginar o reformador mais ardente ou radical daquela época muito satisfeito com a civilização que veria hoje.” (T.S. Eliot, Notas para uma definição de cultura)

Quando falamos em conservadorismo, o que a maioria das pessoas pensa é em “manter as coisas como são”, em “imobilismo”. Não raro, ouço de progressistas: “o que um pobre quer conservar?” – como se a vida das pessoas sem dinheiro fosse resumida à sua condição material. Mas o fato é que, num país como o nosso, em que tudo parece estar errado, falar em conservar soa, no mínimo, masoquista. A não ser que nossa compreensão de conservadorismo esteja fundamentada no sentido de tradição. Recorro a Roger Scruton em seu *O que é conservadorismo*:

“Nesse conceito, eu incluo todo tipo de costume, cerimônia e participação na vida institucional, em que tudo é feito não mecanicamente, mas por uma razão; e a razão não está naquilo que ainda acontecerá, mas no que já aconteceu. Não importa se a razão não pode ser dita pela pessoa que a obedece: as tradições são postas em prática e não planejadas; não obstante, são conscientes da falta de discurso.” (grifo meu)

Ou seja, por essa definição já é possível saber que mesmo a pessoa mais pobre, da sociedade mais pobre, tem coisas a preservar.

Em minha família, por exemplo, sempre que estamos em casa os três, almoçamos juntos, à mesa. É uma pequena tradição nossa; e não importa se o que comemos é um sanduíche ou uma feijoada. Faz sentido para nós e é algo que queremos preservar pelo poder que isso tem

para nossa convivência familiar, para nossa união.



Uma tradição não é uma mera invenção, é “uma forma de conhecimento social” construída através do tempo e da colaboração de vários indivíduos

Como diz Scruton: “a tradição tem um duplo poder. Em primeiro lugar, ela confere razão à história e, portanto, coloca o passado diante de um objetivo atual [...]. Em segundo lugar, a tradição surge da própria organização da sociedade, não sendo apenas um mero aprisionamento do exercício do poder”. Uma tradição não é uma mera invenção, é “uma forma de conhecimento social” construída

através do tempo e da colaboração de vários indivíduos.

Quando um progressista diz que não há o que preservar, tal afirmação é fruto de seu fanatismo pela novidade, pela ideia de que o mundo como está organizado é dominado por opressores, e só uma alteração profunda no modo como a sociedade é estruturada – e eles assumindo o poder, obviamente – resolveria o problema. Para um esquerdista, não há tradição alguma a ser preservada, pois todas elas apontam para a manutenção do status quo. Mesmo que ele, no fundo, tenha muitas coisas a preservar, ainda que não assuma.

O ponto é que uma tradição não significa imobilidade. Como disse o sempre citado nesta

coluna quando o assunto é conservadorismo, João Camilo de Oliveira Torres, “somente podemos conservar reformando”. Ao contrário do revolucionário, que a tudo quer derrubar, e do reacionário, que “é capaz de construir um castelo medieval em Brasília, e andaria de armaduras ou calções de veludo em Copacabana, se isso fosse possível”, o conservador sabe que as reformas são necessárias, mas devem ser realizadas sem que modifiquem a ordem em suas estruturas essenciais; ou seja, “não quebrando a continuidade entre o passado, o presente e o futuro”. João Camilo arremata:

“O conservador, tendo o sentido das realidades históricas e da condição temporal do homem, sabendo que nenhuma época foi a Idade de Ouro – e nenhuma o será – e tendo muito claramente em

vista que o tempo é continuidade homogênea não sendo possível separar épocas, todas compenetrando-se mutuamente, não ignora esta verdade elementar - somente são viáveis as reformas feitas respeitando o passado; do contrário, redundarão em completo malogro. Somente as reformas feitas em obediência ao princípio da continuidade conduzirão a resultados positivos - as inspiradas no espírito de descontinuidade e rupturas terminarão em desastres irreparáveis.”

Pois bem, mas por que voltei a esse assunto? Não só porque é necessário sempre marcar a posição clara e distinta de um conservadorismo real, calcado numa – pois é – tradição; mas porque ao ver, essa semana, um episódio (o sexto) da última temporada da excepcional série *The Crown*, que por si só já é uma aula de

tradição e de conservadorismo, uma cena me chamou a atenção, pois resume muitíssimo bem a razão e o profundo significado de uma tradição. Descreverei de modo superficial, mas recomendo fortemente que o leitor assista.

A rainha Elizabeth recebe o primeiro-ministro, à época o reformista Tony Blair, após sua vitoriosa intervenção, junto aos EUA, nos conflitos provocados por Slobodan Milošević no Kosovo, lhe parabeniza e diz: “você, neste momento, é de longe o líder mais aclamado no cenário mundial, com instintos notáveis. Então, levando isso em conta, não é segredo que a Coroa não esteve no melhor momento nos últimos anos. Muitas vezes, nossos valores e os do país não estiveram perfeitamente alinhados. Você, por outro lado, desde que assumiu o cargo, mostrou talento excepcional para

interpretar o clima do país melhor que ninguém. Então não posso deixar de perguntar: o que você faria para mudar as coisas para nós? [...] Se estivesse no meu lugar”.



O conservador sabe que as reformas são necessárias, mas devem ser realizadas sem que modifiquem a ordem em suas estruturas essenciais

A pergunta surpreende Blair, mas, ao mesmo tempo, aproveitando essa aparente fragilidade da rainha – a princesa Diana havia morrido recentemente e isso afetara drasticamente a popularidade da monarquia, enquanto Blair, à época, era uma espécie de popstar –, decide propor algumas reformas não só na

comunicação, mas no custo da monarquia; ele deseja reduzir gastos.

Daí que, numa reunião posterior, lhe apresenta uma proposta de reforma. E após iniciar propondo mudança na lei de primogenitura (filhas mais velhas são rebaixadas para que os filhos mais jovens assumam) e na transparência (com “um relatório anual de desempenho, bens, salários...”) e – aqui, a rainha já estava algo incomodada – uma reforma que permita que “membros da família real se casem com católicos”, ela objeta dizendo que abrir a concessão para que, na sucessão, seja possível um monarca católico seria o fim da Igreja Anglicana.

Mas o ápice de suas propostas tem a ver com, segundo ele, a “ostentação”; Blair passa a listar vários cargos e costumes que julga desnecessários, tais como “um grande falcoeiro

hereditário”; uma “espalhadora de ervas da rainha e o lavador das mãos da soberana”; “um barqueiro real e 24 marujos, embora não haja uma barca real desde 1849”; um “guardião dos cisnes”. E, por fim, o que ele considera o mais anacrônico: os cerimoniais. Ele pergunta: “Precisamos de dez arautos? Incluindo o Rouge Dragon Pursuivant e o Maltravers Herald Extraordinary? Gold Stick in Waiting. Silver Stick in Waiting. O Gentleman Usher of the Sword of State?”

A rainha a tudo ouviu atentamente – ainda que, ao fim, um pouco estupefata –, retrucou algumas vezes e garantiu que ia pensar no assunto. E eis o que ela fez: em companhia de seu secretário particular, conversou com cada uma das pessoas que ocupavam esses cargos centenários, passados de geração e geração,

pediu-lhes explicação sobre seu ofício e recebeu não só muitas histórias comoventes, mas a profunda relação daquelas pessoas com o seu ofício e um “sentimento de orgulho da tradição”.

Depois, reuniu-se com a família e discutiu com eles tudo aquilo. E, após ouvir do filho Charles que não achava “errado conduzir a monarquia de uma forma mais racional e democrática”, ela respondeu: “Mas a monarquia não é racional. Nem democrática, nem lógica, nem justa. Ainda não aprendemos isso? As pessoas não querem ver no palácio real o que podem ter em casa. Quando vêm para uma investidura ou uma visita oficial, quando tocam em nós, querem a magia e o mistério. E o secreto, o excêntrico, o simbólico. E o transcendente. Querem sentir que entraram em outro mundo. Esse é o nosso

dever. Elevar as pessoas e transportá-las para outro reino, não trazê-las à realidade e lembrá-las do que já têm”.

E, em nova reunião com o primeiro-ministro, disse:

“Não sou contra a reforma. A questão é o que vale a pena preservar e onde traçar o limite [...]. Revisamos minuciosamente todos os gabinetes da minha casa, e o que descobrimos não foi uma extravagância indefensável, nem luxo, nem uma coleção de títulos ruritanos vazios, mas um conjunto extraordinário de conhecimentos preciosos, habilidades passadas de geração a geração, todas dentro da mesma família. E o veículo para essa continuidade é a Coroa. O feitiço que lançamos, e que fazemos há séculos, é nossa imutabilidade. A tradição é nossa força. O respeito

por nossos antepassados e a preservação de gerações de sua sabedoria e experiência adquirida. Modernidade nem sempre é a resposta. Às vezes a antiguidade também é.”

E assunto encerrado. O que uma Tradição representa é muito mais profundo e valioso do que muitas vezes os indivíduos contemporâneos, voltados para o futuro, positivistas e dotados de um, como disse C.S. Lewis, “esnobismo cronológico” são capazes de compreender.

Uma tradição comunica ordem, sacralidade, mistério e um senso de conexão e continuidade civilizacional que é absolutamente imprescindível para a construção e sobrevivência das sociedades.

Aliás, um dos nossos grandes problemas, no Brasil, é termos perdido isso, termos substituído nossa tradição (um dia a tivemos?) por uma visão crítica, pejorativa e fatalista do país. Mas não custa termos bons exemplos e neles – no melhor do nosso passado – mirarmos o nosso futuro.



Autor: Paulo Cruz é professor e palestrante nas áreas de filosofia, educação e questões relacionadas ao racismo no Brasil. Formado em Filosofia e mestre em Ciências da Religião, é professor de Filosofia e Sociologia na rede paulista de ensino público. Em 2017 foi um dos agraciados com a Ordem do Mérito Cultural, honraria concedida pelo Ministério da Cultura, anualmente, por indicação popular,

a nomes que se destacaram na produção e divulgação cultural. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Jens Stoltenberg, secretário-geral da OTAN. | Foto: EFE/EPA/OLIVIER MATTHYS

OPINIÃO

Daniel Lopez

A OTAN optou pela 3^a Guerra Mundial

Quando o muro de Berlim caiu e a União Soviética chegou ao fim, os russos cancelaram

sua aliança militar, o Pacto de Varsóvia. Isso porque, aparentemente, não havia mais sentido manter um grupo bélico para lutar contra o Ocidente, uma vez que, em tese, a Guerra Fria teria chegado ao fim. Entretanto, tudo indica que o complexo industrial militar ocidental não queria “perder a boquinha”. Para isso, era necessário criar um novo “bicho papão”.

É sabido que Putin, no início de sua gestão, tentou integrar a Rússia à Europa. Ele chegou até mesmo a desejar se unir à OTAN. Porém, tudo indica que este não era o objetivo da Aliança Ocidental. Para que a OTAN continuasse tendo uma justificativa para sua bilionária existência, a Rússia precisava continuar sendo vista como um inimigo em potencial. E foi exatamente isso que eles fizeram.



A OTAN parece estar desesperada, ao ponto de querer mandar suas próprias tropas para o campo de batalha.

Logo após a dissolução da União Soviética, em dezembro de 1991, a OTAN passou a integrar vários ex-membros do Pacto de Varsóvia para o seu time, incluindo Polônia, Hungria e República Tcheca. Isso gerou um problema estratégico para Moscou, que se viu cercado por membros da OTAN, o que trazia uma vulnerabilidade para sua segurança.

A situação atingiu um pico quando a Ucrânia entrou no radar dos esforços ocidentais para expandir sua rede de influência. Isso porque o país – que é o berço da cultura russa – tem 2.245 km de fronteira terrestre com o país de

Putin, e mais 320 km de fronteira marítima. Para Moscou, ter o país vizinho unindo-se à OTAN seria um perigo estratégico imensurável.

As disputas entre Rússia e Ocidente pelo controle da Ucrânia ganham um novo patamar em 2004, quando houve a disputa presidencial entre Viktor Yushchenko (alinhado ao Ocidente) e Viktor Yanukovich (alinhado à Rússia). Yanukovich teria vencido. Entretanto, houve uma contestação do resultado por parte da população, o que acabou levando à chamada Revolução Laranja. A cor foi escolhida pelos manifestantes pois era a mesma usada por Yushchenko, o candidato de oposição. Após meses de caos nas ruas, finalmente Viktor Yushchenko foi declarado o novo presidente ucraniano, no dia 23 de janeiro de 2005.

É impotente lembrar que durante o final da corrida de 2004, Yushchenko foi alvo de uma tentativa de assassinato, envenenado com dioxina. Ele acabou sobrevivendo, mas seu rosto ficou completamente desfigurado. Yushchenko governou até 2010, quando foi derrotado por Yanukovych. Este, porém, apoiado pela Rússia, acabou sendo removido do poder pela chamada Revolução Ucraniana de 2014, também conhecida como “Revolução da Dignidade”, instaurada pelos protestos que ganharam o nome de “Euromaidan”. Quem assumiu o poder em seu lugar foi o bilionário pró-Ocidente Petro Poroshenko, que governou de 2014 a 2019, quando foi derrotado pelo ex-comediante Volodymyr Zelensky, também um apoiador da agenda ocidental.



A postura da OTAN de mandar suas próprias tropas para o front faria com que Putin fosse obrigado a expandir sua ofensiva para os outros países.

Segundo autores progressistas como Andrew Korybko, principalmente em seu livro *Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes*, essa ciranda de presidentes ucranianos, alternando entre apoiadores do Ocidente e apoiadores da Rússia, foi implementada como um esforço geopolítico norte-americano. A ferramenta usada para retirar do poder os líderes que apoiavam Moscou teria sido a estratégia da “guerra híbrida”, segundo ele, uma combinação de revoluções coloridas e guerras não convencionais. Nesta linha de raciocínio, sempre que os EUA desejam

derrubar um governo inimigo e colocar um amigo em seu lugar, eles iniciam pela estratégia das revoluções coloridas, ou seja, protestos locais que parecem espontâneos mas que, na verdade, são instigados e patrocinados de fora pela CIA. Quando essa primeira etapa não funciona, eles seguem para o segundo momento, as guerra não convencionais, indiretas, muitas vezes, “por procuração”. Nesta ótica, tanto a Revolução Laranja de 2004 quanto a Revolução da Dignidade (2014) teriam sido promovidas por interesses norte-americanos agindo ocultamente em território ucraniano, com o fim de derrubar governos antiamericanos e substituí-los por “amigos” do Ocidente.

Parece muito conspiratória a teoria, até que no último domingo (25) o *The New York Times*

publicou uma matéria mostrando como a CIA (a agência central de inteligência dos EUA) criou e administrou um conjunto de 12 bases secretas na Ucrânia, com o objetivo de influenciar o destino do país e de hackear satélites chineses e russos. O Ministério de Relações Exteriores da Rússia contestou uma parte da matéria do jornal americano afirmando que, ao contrário do que foi apresentado no texto, a influência da CIA na Ucrânia não começou depois do Euromaidan, em 2014, mas muito antes.

Mas qual seria o objetivo do *New York Times* em liberar essa informação agora? Segundo alguns analistas, a motivação seria preparar o cenário para o fim da Guerra na Ucrânia, colocando a culpa pela derrota de Kiev nos próprios ucranianos. Seria como se Washington tentasse dizer ao mundo: “Eu fiz tudo que pude para

ajudá-los a vencer Putin, mas não foi suficiente”. Outros analistas acreditam que o objetivo seria convencer a população americana do quão importante é a Ucrânia geopoliticamente, numa tentativa de pressionar o presidente da Câmara dos EUA a liberar os 60 bilhões de dólares adicionais para o conflito em Kiev, que estão pendentes de aprovação desde o ano passado.

O problema é que, com essa possibilidade de o dinheiro norte-americano não ser liberado, e isso levar a guerra a acabar num cenário de vitória para Putin, a OTAN parece estar desesperada, ao ponto de querer mandar suas próprias tropas para o campo de batalha. Não sei se você entende o que isso significa: literalmente, a 3ª Guerra Mundial. Se bem que, para autores como Cristina Martín Jiménez, o

terceiro grande conflito mundial já começou, conforme ela argumenta em seu novo livro.

A postura da OTAN de mandar suas próprias tropas para o front faria com que Putin fosse obrigado a expandir sua ofensiva para os outros países que entrarem no conflito, como é o caso da França, que já se prontificou a mandar soldados para Kiev. O problema é que, como a França faz parte da OTAN, se a Rússia atacar o país, todos os outros membros da aliança seriam obrigados a ingressar no conflito, devido ao disposto no artigo 5º da constituição do grupo. Isso traria 32 países a ingressarem (agora oficialmente) na guerra contra Moscou, o que obrigaria Putin a colocar em campo seu arsenal nuclear, e as consequências seriam desastrosas.

Putin já havia avisado, em junho do ano passado, que se os países ocidentais enviassem jatos F-16 para a Ucrânia isso significaria um passo crítico na guerra, pois traria o risco de os aviões serem usados para atingir alvos na Rússia, de modo que ele seria obrigado a derrubar as aeronaves fora do território ucraniano. Porém, apesar do aviso, o secretário-geral da OTAN Jens Stoltenberg afirmou que, de acordo com a lei internacional, a Ucrânia tem o direito de usar os caças F-16 para atingir alvos fora de seu território. A declaração foi dada numa entrevista a Radio Free Europe na último dia 20. A afirmação tem desdobramentos bíblicos, na medida em que representa uma escalada sem precedentes no conflito, que pode trazer o jogo nuclear para o campo de batalha.

Você tem ideia do perigo que se coloca ao mundo diante dos recentes acontecimentos? Parece que realmente a OTAN optou pela 3ª Guerra Mundial. Que Deus nos proteja.



Autor: Daniel Lopez é jornalista, formado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutor em Linguística (UFF), mestre em Linguística (UERJ), bacharel em Teologia (UMESP) e licenciado em Letras. Tem especialização em Teoria da Arte, Crítica de Arte, Filosofia, Sociologia e Antropologia. Foi professor nas áreas de Filosofia da Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e de Linguística, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pastor na Igreja Bola de Neve Sede, na cidade de São Paulo, desde 2014. É escritor, tradutor e professor universitário. Mantém o canal no YouTube "Daniel Lopez" e o site www.daniellopez.com.br.



Voltar ao índice



Bolsonaro pede que parlamentares aprovem anistia para condenados dos atos do 8 de Janeiro, mas busca outros alvos. | Foto: EFE

Ato político da direita

As 7 intenções de Bolsonaro nas entrelinhas do discurso na Paulista

Por **Silvio Ribas**

Uma análise aprofundada dos 22 minutos do discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

na Avenida Paulista, em São Paulo, no último domingo (25), revela aspectos adicionais à série de recados que ele deu sobre o atual cenário político e o cerco judicial que enfrenta. Sua fala também expôs uma clara intenção de fortalecer o movimento de direita no Brasil, incluindo a busca por apoio internacional, tanto para resistir às pressões quanto para mobilizar simpatizantes com foco nas eleições 2024 e de 2026.

Diante da necessidade urgente de recuperar espaços para a oposição, que têm sido alvo de decisões judiciais nos últimos anos, Bolsonaro destacou os prejuízos à liberdade e o perigo de interdição de aliados nas urnas. Diante de um público estimado em 750 mil pessoas pela Polícia Militar, ele baseou as suas declarações no duelo de fundo espiritual entre o bem e o

mal, na perseguição crescente aos opositoristas e, sobretudo, no desrespeito à Constituição por membros dos tribunais superiores.

A condução do evento pelo pastor Silas Malafaia confrontou a mais recente e pesada acusação contra Bolsonaro – a de trama golpista. Não por acaso, o slogan escolhido para o ato, de defesa do Estado Democrático de Direito, repete o refrão dos inquéritos judiciais, especialmente aquele relacionado à Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal (PF). O ex-presidente negou essa acusação de tentativa de golpe de Estado, sem citar nomes como o do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Embora não integrasse o seu discurso, Bolsonaro incorporou e catalisou a reação de evangélicos e outros

grupos contra a crise diplomática entre Brasil e Israel, em apoio ao povo judeu, expressa simbolicamente na exibição de bandeiras israelenses.

A seguir, as sete intenções abrigadas no discurso de Bolsonaro na Paulista.

1. Ungir os líderes da direita que o acompanham

Dentre os líderes que atenderam à convocação de Jair Bolsonaro para o ato na Paulista, ele mostrou gratidão especial pelo principal anfitrião do dia, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Mas também fez menção positiva aos outros governadores presentes – Romeu Zema (Minas Gerais), Jorginho Mello (Santa Catarina) e Ronaldo Caiado (Goiás). Com isso, além da fotografia

com aqueles que reforçam a sua defesa contra a perseguição política, Bolsonaro acabou capacitando aqueles que buscam também apoio do eleitorado mais fiel ao ex-presidente. “Tarcísio (de Freitas) pegou um orçamento minúsculo e fez grandes obras pelo país”, elogiou.

2. Barrar a exclusão de opositores competitivos das urnas

Numa referência às ações policiais que tiveram como alvo deputados do PL fluminense que são pré-candidatos a prefeito este ano e a mais recente, que cortou canais de comunicação entre integrantes da cúpula do maior partido de oposição, Bolsonaro condenou as barreiras judiciais à participação de nomes competitivos nas urnas. Nesse sentido, fez um apelo às consciências de julgadores e conclamou

apoiadores a “capricharem no voto”, sobretudo de vereadores, e de fazerem trabalho de base, para ampliar ao máximo o resultado eleitoral da oposição em 2024. “Não podemos concordar que um poder tire do palco político quem quer que seja. A não ser que seja por um motivo extremamente justo. Não podemos pensar em ganhar as eleições afastando os opositores do cenário político”, protestou.

3. Impulsionar campanha pela anistia de condenados do 8 de Janeiro

O ex-presidente conduziu todo o discurso apontando o drama humano dos condenados no 8 de Janeiro, como uma marca de injustiça, retratada pelos “órfãos de pais vivos”. A partir desse relato, revelou a intenção de deflagrar uma campanha nacional pela anistia dos condenados, contornando a muralha do

Judiciário pela via do Legislativo. Há projetos em tramitação neste sentido na Câmara e no Senado.

Bolsonaro ressaltou que busca a “pacificação” e que o país já anistiou no passado “quem fez barbaridade no Brasil”. Ele apoia a punição aos que vandalizaram o patrimônio público, mas ressaltou que as penas aplicadas aos demais “fogem ao mínimo da razoabilidade”. “Quando o Estado Democrático de Direito não é respeitado, aquela minoria fabrica órfãos de pais vivos. É lamentável o que vem acontecendo. O abuso por parte de alguns, que trazem a insegurança para todos nós”, sublinhou.

4. Buscar reiniciar o jogo da polarização política em novas bases

Ao destacar que pretende “virar a página de 2022” e focar no trabalho para fazer a oposição ter uma reação consagradora nas urnas em 2024 e 2026, Bolsonaro buscou ampliar o leque de alianças e manter a esperança do eleitorado conservador por uma virada no cenário atual. Nesse sentido, a fala do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que apontou Bolsonaro não mais como ex-presidente, mas alguém pessoalmente próximo e um movimento em favor das bandeiras da família, da pátria, da liberdade econômica e de outras bandeiras conservadoras. “Não há vencedores ou vencidos. Todos seremos vencedores se a paz de Deus reinar sobre o coração de cada um de

nós”, disse Bolsonaro sobre a necessidade de conciliação.

5. Reforçar bandeiras da direita sem “cair na malha fina do STF”

Logo nas primeiras frases do seu discurso, Bolsonaro fez questão de enaltecer a liberdade como “bem maior”, mas que demanda sacrifícios e atenção permanente de todos para ser preservada. Para externar um pensamento que se choca com o atual governo federal, listou os pontos diferenciadores dos conservadores, como a resistência à ideologia de gênero e à liberação das drogas e a defesa da propriedade privada.

Mas por estar sendo limitado pelos inquéritos contra ele e seus aliados, buscou contornar outras pautas, expressando-se de forma implícita

sobre temas como flexibilização do porte de armas e busca por mais transparência eleitoral. “Aquela coisa que aconteceu em outubro de 2022 é uma página virada na nossa história, porque sabemos o que precisa ser feito para o futuro. Para que todos não tenham dúvidas da transparência daquilo que devemos ter, em especial quando se elege um representante nosso”, disse Bolsonaro em alusão ao sistema eletrônico de votação. A ofensiva mais direta contra “os abusos de alguns”, ele deixou por conta de outros oradores, sobretudo de Silas Malafaia.

6. Tentar expor "perseguição política" pela via do Judiciário

Listando algumas das muitas acusações de que é alvo, sobretudo após deixar a presidência, Bolsonaro descreveu como perseguição política

a série de denúncias na Justiça. “Saí do Brasil e essa perseguição não acabou. É joia. É a questão de importunação de baleia. É dinheiro que seria mandado para fora do Brasil. É tanta coisa que eles mesmos acabam trabalhando contra si”, discursou.

Ele aproveitou a oportunidade do discurso na Paulista para negar a suposta participação em um plano de um golpe de Estado. “O que é golpe? Golpe é tanque na rua, é arma, é conspiração. É trazer classes políticas para o seu lado, empresariais. Nada disso foi feito”, disse.

7. Contrastar apoio nas ruas do Lula eleito e do Bolsonaro derrotado

Como provocação ao presidente Lula e sutil crítica ao processo eleitoral de 2022, Bolsonaro voltou a fazer a comparação do atual governo

como o time campeão sem torcida. “Mostramos (com a manifestação na Paulista) que podemos até ver um time de futebol sem torcida ser campeão, mas não conseguimos entender como existe um presidente sem o povo ao seu lado”, disse.

Ele explorou com isso a curiosidade de haver um governante eleito que não consegue atrair simpatizantes nas ruas, como prova de apoio popular. A manifestação com centenas de milhares de pessoas na Avenida Paulista, convocada pelo próprio ex-presidente, visou mostrar força política e respaldo popular quando ele e aliados são assediados por inquéritos da Polícia Federal e do STF.

Especialistas apontam alvos do discurso dentro e fora do país

Para o cientista político Ismael Almeida, o discurso de Bolsonaro na Paulista buscou abrangência nacional, mas também revelou o propósito de atrair a atenção de observadores do exterior. Nesse sentido, o ex-presidente habilmente aproveitou a presença de representantes da área financeira de governos do G20 na capital paulista para reunião preparatória ao encontro de cúpula, para fazer com que relatos e imagens do ato político tivessem repercussão internacional.

Embora entenda que a fala de Bolsonaro não interfira no andamento dos processos judiciais contra ele, nos quais se observa uma tendência punitiva irreversível, Almeida identifica mudança significativa no cenário político a

partir dela. “Ao adotar postura moderada e direcionar o foco para desafios futuros, Bolsonaro conseguiu unir a oposição para além da sua própria figura”, disse.

O especialista destaca que a “cruzada” do presidente Lula indistintamente contra membros da oposição, ajudou a aproximar até mesmo opositoristas de direita que se distanciavam em razão de Bolsonaro. “Tal qual avaliou o governador Tarcísio de Freitas, ao se tornar um movimento, o ex-presidente impulsiona uma ideia, o que é bem mais difícil de ser detido do que um personagem”, finalizou.

Paulo Kramer, professor de ciências políticas e consultor, avalia que o discurso da Paulista deu novo alento à oposição, que vinha se sentindo acuada e intimidada com a escalada do STF

contra participantes dos supostos “atos antidemocráticos do 8 de Janeiro”. O ato político serviu também para reafirmar o papel de Bolsonaro como principal cabo eleitoral do pleito deste ano, além de “grande eleitor” em 2026.

O especialista observou ainda que, ao procurar popularizar o desmonte da narrativa de Judiciário e Executivo sobre o 8 de Janeiro, o discurso de Bolsonaro na Paulista também procurou semear dúvidas naqueles que não tinham prestado atenção nos fatos.



[Voltar ao índice](#)



*Jornalista Sergio Tavares participa do programa Sem Rodeios da Gazeta do Povo|
Foto: Gazeta do Povo*

Sergio Tavares

Jornalista português diz que delegado da PF lamentou seu interrogatório, mas teve ordens de Brasília

Por Tatiana Azevedo

O jornalista e ativista português Sergio Tavares, detido por quatro horas no Aeroporto Internacional de Guarulhos no último domingo (25), quando desembarcou em São Paulo para acompanhar o ato pró-Bolsonaro na Avenida Paulista, disse ao programa Sem Rodeios, da Gazeta do Povo, que o delegado da Polícia Federal que o deteve teria lamentado ter que interrogá-lo e dito que não sabia ao certo o motivo de seu interrogatório. Tavares disse que o policial recebeu instruções "de Brasília" para questioná-lo sobre questões políticas. A versão inicial da PF é que ele foi parado por uma questão de visto de entrada no país.

O jornalista usa canais nas redes sociais para criticar os excessos do Judiciário brasileiro, a obrigatoriedade de vacinas e outros temas caros à direita. Ele diz ser um defensor da liberdade

na Europa e havia entrevistado o ex-presidente Bolsonaro no início do mês, quando começou a ficar conhecido no Brasil. Na ocasião, Bolsonaro disse que o Brasil vive uma ditadura.

A entrevista à Gazeta do Povo ocorreu ao vivo na tarde desta quarta-feira (28) com os comentaristas Cristina Graeml, Jorge Serrão, Marco Antonio Costa e o apresentador Guilherme Oliveira, no programa Sem Rodeios, veiculado no canal do jornal no Youtube.

Tavares disse que enquanto estava detido no aeroporto, ouviu uma conversa do delegado da Polícia Federal ao telefone. "O mais surreal é que ele atende o telefone a poucos metros de mim na salinha ao lado onde eu consigo ouvir, onde ele no telefonema recebe as indicações e ele próprio escreve em um papel: 8 de janeiro,

Flávio Dino, Alexandre de Moraes, ditadura do judiciário, questão da vacina", afirmou o jornalista.

Sérgio Tavares disse ao Sem Rodeios que foi o único passageiro dentre muitos que desembarcaram em São Paulo na manhã do último domingo retido pela imigração, com a desculpa de que teria que prestar esclarecimentos sobre o seu visto.

A assessoria de imprensa da Polícia Federal foi procurada para comentar o caso mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem. Não é possível verificar até o momento quem passou as instruções para o delegado e o significado das instruções terem vindo "de Brasília". Mas as informações mostram que não

se tratou de um procedimento de rotina, como havia sido alegado inicialmente.

Tavares afirmou ter provas documentais de que o motivo de seu interrogatório não foi a validade do visto, mas sim por causa de seus posicionamentos políticos. Segundo a legislação brasileira, a polícia pode interrogar suspeitos por possíveis crimes cometidos e não por seus posicionamentos políticos.

De acordo com a PF, o jornalista precisaria de um visto de trabalho para fazer a “cobertura fotográfica de um evento” no Brasil, já que Tavares havia informado ter vindo ao país para cobrir a manifestação do domingo. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “cidadãos da União Europeia que viajem ao Brasil para exercer atividade jornalística estão

isentos de visto para estadas de até 90 dias, desde que a atividade não seja remunerada por fonte brasileira”.

Sérgio informou que veio ao Brasil como cidadão português, sem nenhum tipo de vínculo com algum órgão de imprensa de Portugal, e que mesmo assim não havia problemas com seu visto de turista, que estava na validade, e foi surpreendido durante o interrogatório porque não foi feita uma única pergunta sobre o documento. O jornalista afirmou que foi orientado pelo advogado que o acompanhou a ficar em silêncio, para não correr o risco de cometer crime político.



[Voltar ao índice](#)



Análise de mais de 99 milhões de vacinados na revista científica Vaccine esclarece incidência de eventos adversos em vacinas Oxford, Pfizer e Moderna contra Covid. | Foto: EFE/ Andre Coelho

De miocardite a Guillain-Barré

Estudo com 100 milhões de pessoas revela incidência dos efeitos colaterais das vacinas da Covid

Por Eli Vieira

No mês que vem, a pandemia de Covid-19 completará seu quarto aniversário. Há três anos e dois meses é aplicada a vacina de mRNA da Pfizer-BioNTech para a doença, desde a sua primeira aprovação de uso de emergência nos Estados Unidos. Como o Brasil é o único país no mundo que continua a obrigar crianças pequenas a serem vacinadas contra a doença, o tempo é propício para a publicação de um novo estudo com quase 100 milhões de pessoas que faz um panorama geral dos eventos adversos e efeitos colaterais das vacinas contra Covid. A análise, que incluiu oito países da Europa, Américas do Norte e Sul e Oceania, confirmou suspeitas anteriores relacionadas à inflamação do coração (miocardite) e seu revestimento (pericardite), síndrome de Guillain-Barré (problema nos nervos da face) e trombose cerebral em uma minoria de vacinados.

O estudo foi publicado no dia 12 de fevereiro na revista científica *Vaccine*, e conta com 35 autores distribuídos pelo globo, com primeira autoria e chefia de pesquisadores da Dinamarca. Seu propósito foi criar uma Rede Global de Dados de Vacina (GVDN, na sigla em inglês) e analisar 13 eventos adversos pós-vacinação selecionados em uma gigantesca amostra de mais de 99 milhões de indivíduos. Foram consideradas 183 milhões de doses da vacina da Pfizer, 36 milhões de doses da vacina da Moderna (também de mRNA) e 23 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford, produzida no Brasil pela Fundação Oswaldo Cruz. O termo “evento adverso” significa qualquer resultado negativo observado após a inoculação, sem compromisso com uma relação de causa e consequência.

Nos estudos das vacinas, foram incluídos como eventos adversos uma criança que engoliu uma moeda e um adulto atingido por um raio, por exemplo. Mas esses não seriam eventos adversos de “interesse especial”, como os 13 selecionados, que são aqueles com alguma plausibilidade de relação causal a ser investigada. Uma vez estabelecida a relação causal, os eventos são chamados de “efeitos colaterais”.

O estudo é observacional, ou seja, os cientistas não escolheram por sorteio quem receberia ou não vacina contra Covid, se limitando a buscar saber o que aconteceu com vacinados em condições não experimentais ou controladas. Os resultados foram apresentados principalmente em comparações entre o número observado de eventos de miocardite, por exemplo, e o número

esperado do problema de acordo com a média estabelecida anteriormente, conhecida como “incidência de fundo”.

Eventos adversos na categoria de problemas cardiovasculares

Separando os vacinados por número de doses de um a quatro, os cientistas confirmaram um aumento da chance de miocardite e pericardite nas três vacinas. O produto da Pfizer aumentou em mais de 100% acima do esperado o risco da inflamação do músculo cardíaco após cada uma das doses, com mínimo de 106% após a quarta dose e máximo de 186% após a segunda. No caso da inflamação do revestimento cardíaco, essa vacina aumentou o risco entre 19% após a terceira dose e 55% após a quarta.

É importante destacar que esses números, apesar de às vezes dramáticos, são comparações entre números pequenos de afetados e não servem necessariamente para uma avaliação geral de custo-benefício das vacinas, não sem uma comparação com os efeitos da Covid-19 nos não-vacinados.

Aumento de casos (%) na comparação com a incidência de fundo após inoculação com vacinas contra Covid-19

Média do aumento de casos acima do esperado após duas doses da vacina AstraZeneca/Oxford e quatro doses das vacinas de mRNA (Pfizer-BioNTech e Moderna).



Gráfico: Eli Vieira para Gazeta do Povo • Fonte: Faksova et al. 2024. Vaccine. • [Descarregar estes dados](#) • [Descarregar imagem](#) • Criado com [Datawrapper](#)

A vacina da Moderna, que tem mais mRNA que a da Pfizer, mostrou-se em geral mais arriscada para esses problemas cardíacos: o excedente na comparação com o esperado atingiu um máximo de 510% após a segunda dose e um

mínimo de 101% após a terceira para miocardite; e entre 39% e 164% após a quarta dose para pericardite.

A vacina da AstraZeneca foi em geral mais segura comparada às duas vacinas de mRNA para o coração, mas com um curioso aumento de 591% de pericardite em sua terceira e última dose, um resultado surpreendente a ser analisado por destoar de uma média de 30% em ambos os problemas para as outras doses.

O grupo de maior risco para a miocardite vacinal é o dos homens jovens, entre 16 e 24 anos. Em outro estudo com 23 milhões de escandinavos, a incidência foi de quatro a sete casos a cada 100 mil vacinados com duas doses da vacina da Pfizer e nove a 28 casos para 100 mil vacinados com o produto da Moderna.

Em se tratando de problemas circulatórios, como a formação de coágulos com poucas plaquetas (trombose com trombocitopenia, problema que matou o jovem brasileiro Bruno Graf), contudo, a AstraZeneca foi a campeã dos eventos adversos após a primeira dose. Foi de 223% acima do esperado o número de casos de coágulos sanguíneos formados em veias do cérebro — para reiterar que este número é uma comparação de baixas proporções de pessoas, este problema foi observado em um excesso de 2,5 pessoas para cada 100 mil na Escandinávia: “raro, mas preocupante”, como colocaram os autores do estudo. O aumento para outros tipos de trombose foi mais reduzido, entre 7% e 40%. Três doses dessa vacina aumentaram em 88% os casos de embolismo pulmonar.

As vacinas de mRNA não ficaram livres das complicações vasculares, que em geral foram mais observadas após a primeira dose, com o sinal estatístico tendendo a desaparecer nas doses seguintes, exceto após a quarta dose, em que os imunizantes da Pfizer e Moderna apresentaram 30% e 53% mais casos que o esperado, respectivamente, de trombose das veias que drenam o sangue dos intestinos, baço, pâncreas e estômago.

Eventos adversos na categoria de problemas neurológicos

Nas três vacinas, foi na primeira dose que os números de afetados mais superaram o que os pesquisadores esperavam, com destaque para a síndrome de Guillain-Barré na AstraZeneca (149% mais que o esperado) e uma condição de

inflamação autoimune do revestimento dos neurônios do cérebro e da medula espinhal conhecida como “encefalomielite disseminada aguda” na vacina da Moderna (278% mais que o esperado).

A primeira dose da vacina da AstraZeneca/Oxford também aumentou em 90% na comparação com o esperado a chance de inflamação do revestimento dos neurônios da medula espinhal, condição chamada “mielite transversa”, e em 123% o risco de encefalomielite disseminada aguda. Uma inoculação do imunizante da Moderna também aumentou em 25% a chance de paralisia facial (paralisia de Bell), 36% as convulsões com febre e 15% as convulsões em geral.

A mais segura em primeira dose para problemas neurológicos foi a vacina da Pfizer, com único sinal detectado de aumento do risco de paralisia facial em 5% na comparação com o esperado.

Na segunda dose, os pesquisadores encontraram apenas na vacina da Moderna um aumento de 44% de chance de convulsões febris. Na terceira dose, para as três vacinas, não encontraram aumento de risco dos eventos neurológicos que fosse estatisticamente importante; e na quarta dose (que não ocorreu no caso da AstraZeneca) somente o imunizante da Pfizer mostrou um aumento de 9% em convulsões.

Discutindo esses resultados, os autores do estudo observam que alguns desses potenciais efeitos colaterais já eram conhecidos pela

Organização Mundial da Saúde (OMS), Agência Medicinal Europeia (EMA) e a Administração de Bens Terapêuticos da Austrália (TGA), como é o caso da síndrome de Guillain-Barré, geralmente uma paralisia temporária da face por problemas nos nervos locais, mas que pode em alguns casos afetar outros músculos do corpo dependentes do sistema nervoso periférico, chegando a arriscar vidas afetando a respiração.

Os cientistas apontaram algumas limitações de sua análise como a variação de qualidade dos dados de país para país, as potenciais diferenças entre eles no perfil de risco genético e comportamental para cada evento relatado, além de problemas de saúde pré-existentes não levados em conta.

Uma das forças do estudo é que ele é mais generalizável que outros, além da qualidade estatística conferida pela enorme amostra. “Mais investigações são bem-vindas para confirmar as associações” entre as vacinas e os eventos, concluíram, especialmente as que introduzam elementos experimentais não presentes em estudos observacionais como este.



[Voltar ao índice](#)



Outdoor exposto na frente do Museu Nacional em Brasília chama público para exposição “Sonhando com Paulo Freire: a educação que queremos”. | Foto: José Cruz/ Portal EBC

Estudo

A verdadeira história do “milagre” de Paulo Freire

Por Eli Vieira

O conto de fadas “O Alfaiate Valente”, história popular alemã com primeira aparição impressa em 1557 e recontada pelos irmãos Grimm e Walt

Disney, tem como título alternativo “Sete de uma tacada só”. É porque o protagonista, ao servir geleia, mata sete moscas de uma vez. Ao sair pelo mundo contando a história, as pessoas entendem que ele se referia a sete homens ou sete gigantes, começando assim uma trama de mal-entendidos em que as capacidades do alfaiate são exageradas.

Trama similar aconteceu com o professor pernambucano Paulo Freire (1921-1997), declarado patrono da educação brasileira por uma lei de 2012. Como contou o Ministério da Educação na época, Freire, em 1961, quando diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade de Recife, “montou uma equipe para alfabetizar 300 cortadores de cana em 45 dias” no município de Angicos, no Rio Grande do Norte, na época com 75% de taxa de

analfabetismo. O método de Freire seria audiovisual e fonético, com uso pioneiro de projetores de slides e palavras comuns para o vocabulário da própria comunidade.

Mas o designer Cícero Moraes, em um artigo em pré-publicação postado na rede social acadêmica ResearchGate, lança dúvida nos números e métodos. Os formandos do curso “na verdade eram 122” e os alunos não foram plenamente alfabetizados, só “aprenderam a escrever o nome, ler e escrever algumas poucas palavras”. Em conversa com a Gazeta do Povo, Moraes, que tem experiência em ensinar computação gráfica desde 2001 e ensina técnicas avançadas de planejamento cirúrgico para pessoas de 27 países, diz que leu Paulo Freire ainda na graduação e sempre achou a

abordagem do educador “pouco objetiva e pouco útil”.

Na publicação, o designer de Sinop (MT) — que se especializou em produzir modelos tridimensionais e entrou para o livro Guinness em 2021 após reconstruir um casco artificial para um jabuti vítima de um incêndio — vai além. O projeto de Paulo Freire não teria acabado por causa da repressão política da Ditadura Militar (embora Moraes não conteste que ele foi perseguido e tenha se exilado), mas por causa da “deficiência de material voltado à alfabetização e o excesso de politização das aulas”.

Para o projeto de alfabetização, Freire, apesar de compartilhar do antiamericanismo dos colegas de ideologia, aceitou dinheiro do

governo dos Estados Unidos porque seria, na sua visão, um recurso que “voltava ao Brasil” porque o último seria “explorado” pelo primeiro. Também houve apoio do vigário de Angicos, que cedeu espaço da paróquia católica para a empreitada. Os recursos americanos eram da iniciativa “Aliança para o Progresso”, da USAID (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional).

Trezentos de uma tacada só?

A revista O Cruzeiro, em sua edição 30 de 1963, conta que o presidente da República, João Goulart, deu a aula de encerramento do curso de Freire, a quadragésima hora-aula. “Trezentas pessoas inteiramente analfabetas aprenderam a ler e escrever em 40 horas de aula”, informou a revista, que curiosamente também alegou que o

método de alfabetização preocupava “maus políticos e os comunistas”, apesar de Paulo Freire ser famoso por sua base marxista.

No mesmo ano, o New York Times noticiou o sucesso do programa de Freire abrindo uma reportagem com a história da mãe de seis filhos Maria Pequena de Souza, 32 anos, que verteu lágrimas ao conseguir escrever uma palavra. O jornal também destacou as meras 40 horas do curso, mas apontou que havia politização: “Enquanto aprendem a ler, os adultos ouvem que (...) ‘a reforma agrária é necessidade urgente’”. Outra aluna, a lavadeira Francisca de Andrade, teria escrito ao presidente que “não sou mais das massas, pertenço ao povo e posso defender meus direitos”, mencionando reforma agrária.

O jornal americano já desmente em 1963 a informação do Ministério da Educação: “150 adultos completaram o curso e 135 foram considerados alfabetizados com base em testes escritos e cartas escritas ao presidente Goulart. Os alunos também foram avaliados quanto à consciência política”.

Cícero Moraes, contudo, usa outra fonte: o livro “As Quarenta Horas de Angicos” (Cortez, 1996), de Carlos Augusto Lyra Martins, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que coordenou os trabalhos pedagógicos em Angicos na época. Os dados fornecidos por Lyra mostram que a evasão estava alta no curso de Freire: uma semana e meia após o início, o número de presentes caiu pela metade, resultando em uma média de 115 alunos por dia. O número de monitores envolvidos, de 21,

também parece ter caído para 14 nos diários de classe arquivados. É do livro o número 122, o total de alunos que fizeram a avaliação final.

Moraes não duvida que as aulas tenham dado uma injeção de ânimo para uma comunidade pobre e esquecida, mas questiona o método: “visto que a cada dia era ministrada apenas uma hora de aula e parte dela era tomada por debates, como os alunos teriam tempo e condições para aprender a ler e a escrever?” Ele faz uma comparação com o programa mais moderno do Instituto YDUQS, que “demanda 144 horas, ou seja, 3,6 vezes o período do projeto original de Freire”, habilitando os estudantes para usos simples da língua como uso de transporte público. A avaliação final em si teve problemas: os monitores rejeitaram os testes finais do Serviço de Extensão Cultural da

Universidade do Recife e resolveram elaborar suas próprias avaliações. Foram duas provas, uma de alfabetização e outra de politização.

Um terço dos 122 não passou na prova de letramento. Mas o resultado da politização foi melhor, com 87% de aprovados. As duas notas então foram mescladas, fazendo com que a nota da politização puxasse para cima o resultado em alfabetização, o que o autor do artigo chama de “jeitinho brasileiro” para “aprovar um maior número de pessoas ao reduzir o peso da alfabetização... em um programa de alfabetização”.

Tinha como dar certo?

Cícero não está sozinho em seu ceticismo ao reavaliar a história de educador valente de Paulo

Freire. “Ninguém cortava cana. Não se plantava cana em Angicos”, desmente o professor Ronai Pires da Rocha, doutor em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor da Universidade Federal de Santa Maria e autor do livro “Quando ninguém educa: questionando Paulo Freire” (Editora Contexto, 2017).

Rocha conta que a cultura principal de Angicos era o algodão mocó, seguido por cabras, ovelhas, vacas e a fabricação de linha de costura. Ele cita como fonte o livro “40 Horas de Esperança: o método Paulo Freire” (Editora Ática, 1994), de Calazans Fernandes e Antonia Terra. A obra também afirma que os alunos do curso de Freire só começaram a tentar formar frases na 37^a hora das menos de 40 totais do curso. “Ao se aproximar do final do curso, os

alunos começaram a dizer que não sabiam escrever ou que sentiam dificuldade de leitura, quando já haviam dominado as mesmas dificuldades em outras situações”, escreveram Fernandes e Terra. Os monitores interpretaram essas reclamações como uma forma de retardar o fim do curso para manter a relação afetiva que formaram com os mestres.

“As duas coisas eram verdadeiras, eu acho”, comenta Ronai Rocha. “Os alunos foram, a rigor, familiarizados com letras e palavras, aprenderam a assinar o nome e a ler coisas muito simples ligadas ao que havia sido trabalhado nas aulas”, resume o especialista, que já trabalhou com alfabetização de adultos.

“É muito difícil alfabetizar adultos e, a rigor, deveríamos fazer uma espécie de gradação nas

habilidades que eles vão conquistando, sendo que o teste final ideal, de escrita de um bilhete, uma cartinha, com ortografia e sintaxe razoáveis, é bem demorado”, explica Rocha.

Concorda com Rocha a professora Simone Benedetti, autora do livro “A falácia socioconstrutivista” (CEDET, 2020), um apelo para uso de bases científicas para o letramento no Brasil. Ela imagina que é mais difícil alfabetizar adultos “dado o menor nível de plasticidade e especialmente se o adulto tiver problemas de processamento auditivo e fonológico”. Para ela, “45 dias parecem pouco” para a aquisição integral das competências de uma pessoa capaz de ler e escrever com fluência.

O método de Paulo Freire não é tanto de Paulo Freire

Independentemente, Benedetti e Rocha contaram à Gazeta do Povo que o método de Freire existe, mas que não é exatamente “dele”, dando cada um peças do quebra-cabeça histórico do desenvolvimento da técnica. Benedetti aponta que Freire “se ‘apropriou’ de uma ideia pedagógica de um missionário norte-americano chamado Laubach e, aqui no Brasil, essa ideia de usar palavras ‘significativas’ para o aprendiz misturou-se às ideias equivocadíssimas da Emília Ferreiro, o que resultou no que chamo de ‘desensino’, pois não se oferece informação explícita aos alunos sobre o funcionamento do código escrito e seus padrões”.

Em vez disso, detalha a especialista, espera-se que o aluno faça suas próprias inferências sobre a gramática e a grafia. Essa abordagem “nunca funcionou”, mas seus defensores insistem que “nunca foi aplicada” ou “os professores é que não sabem trabalhar”. No entanto, “é apenas ela e somente ela que é ensinada nas faculdades de pedagogia do país”, lamenta Benedetti.

Outra fonte de Freire que caiu no esquecimento, informa Rocha, foi um “Livro de Leitura para Adultos”, uma cartilha elaborada pelas pedagogas Norma Porto Carreiro e Josina Godoy, elogiada efusivamente pelo famoso educador Anísio Teixeira em 1962, ano em que a equipe de Freire mandou uma estudante para coletar as 400 palavras mais usadas pelo povo de Angicos. “Considero essa cartilha a melhor cartilha para adultos analfabetos que, até agora,

conheci no Brasil”, disse Teixeira em outubro de 1962, na época à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Freire soube da cartilha quando ainda estava sendo elaborada por Norma Carreiro e disse, numa reunião de funcionários do Movimento de Cultura Popular, da prefeitura de Miguel Arraes no Recife (1960-1963), que estava pensando na alfabetização de adultos, “mas sem cartilha”. A informação é do livro “MCP: história do Movimento de Cultura Popular” (CEPE, 2012), de Germano Coelho. O autor acrescenta que encorajou Freire a trabalhar na questão da alfabetização com as palavras do ditador genocida comunista Mao Tse-tung: “É preciso deixar florir mil flores”. O MCP era “laboratório de novos métodos e novas técnicas de ensino”, contou Coelho. As ideias desenvolvidas no livro

mais famoso de Freire, “Pedagogia do Oprimido” (Paz & Terra, 2019) vieram só depois da cartilha para “iluminar a prática” com ideias políticas.

A obra relata que a ideia de Freire era dar cursos com inspiração na cartilha de Carreiro, mas sem entregá-la aos alunos. “Ou seja, ele pegou o bonde andando”, comenta Ronai Rocha, “e teve a sacada de fazer a coisa em pílulas, de forma mais participativa. Mas a Norma e a Josina ficaram esquecidas nessa história”.

Freire acabou sendo acusado de plágio, como ele próprio comenta em nota de rodapé do livro “Educação como prática da liberdade” (Paz & Terra, 2019): “nunca nos doeu nem nos dói quando se afirmava (...) que apenas fizemos ‘um plágio de educadores europeus ou

norte-americanos’. E também de um professor brasileiro, autor de uma cartilha”. O educador se justifica: “a respeito de originalidade sempre pensei como [John] Dewey [filósofo americano], para quem ‘a originalidade não está no fantástico, mas no novo uso de coisas conhecidas’. O que nos deixa perplexos é ouvir ou ler que pretendíamos ‘bolchevizar o País’.”

O que explica a ascensão meteórica do alfaiate valente da educação?

Por que Paulo Freire se tornou tão célebre no Brasil e no mundo? Internamente, Rocha pensa que foi uma questão de conveniência: “a grande promoção que o método teve estava ligada ao fracasso das leis que permitiriam o voto do analfabeto. Como a esquerda não conseguiu aprovar essas leis, a ideia era fazer uma

alfabetização em massa e rápida. Esse contexto foi decisivo para que Freire tivesse o apoio governamental que teve”.

Nem todos os contemporâneos acreditaram na reputação ilibada do alfaiate valente da educação, informa Rocha. Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999), advogado atuante nas Ligas Camponesas do Partido Comunista Brasileiro que conviveu com Freire no exílio no México, escreveu com aparente sarcasmo que “nosso Paulo, barbado como um profeta, puxado a Buda, com sua mania de feijoada e seu modo de ser, sempre repousado e provincial dentro de seu universalismo, era uma flor de maracujá-peroba, porque chamava a atenção de todos!” Depois, no mesmo texto, parece ter mandado uma indireta a respeito de compatriotas “que eu mandaria à Lua na

esperança de que a árida solidão os humanizasse e os fizesse sentir que fora da solidariedade não adianta que alguém bata no peito e diga: eu sou revolucionário! Eu sou marxista! Eu sou cristão”. Na época, Freire fora trabalhar para o Conselho Mundial de Igrejas e se dizia marxista e cristão. Outro militante comunista da década de 1960, Flávio Tavares, creditava a projeção do educador à generosidade dos comunistas.

No resto do mundo, Freire bateu recordes com 35 títulos de doutor honoris causa e já foi citado mais de 550 mil vezes no Google Acadêmico — mais que Albert Einstein e Charles Darwin. Mas céticos começaram a aparecer. No livro “A marxificação da educação: o marxismo crítico de Paulo Freire e o roubo da educação” (New Discourses, 2022; trad. livre, sem edição no

Brasil), o matemático e ativista americano James Lindsay faz duras críticas ao brasileiro. O autor pensa que Freire “revela o suficiente de seu caráter pelos nomes que invoca repetidamente: Karl Marx, G. W. F. Hegel, Vladimir Lênin, Mao Tse-tung, Fidel Castro e, com lugar de destaque, Che Guevara. Poucos teóricos da educação (pedagogos), se algum, são mencionados, citados como referência ou aplicados”.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Polzonoff: Ai de ti, Supremo! Como vi a manifestação de 25 de fevereiro](#)
- [No STF com maioria de indicados pelo PT, Dino já tem a sua primeira missão para ajudar o governo](#)
- [TSE quer aplicar nas eleições de 2024 regras ainda não aprovadas do “PL da Censura”](#)
- [Proibição de carne de cachorro na Coreia pode impulsionar mercado suíno brasileiro](#)
- [Eutanásia: a desvalorização da vida agora em um país perto de você](#)
- [Com trilha primorosa, “Dias Perfeitos” é ode à beleza cotidiana e ao trabalho](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice